

## ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA - Fórum 2004

Entre os dias cinco e sete do mês de novembro de dois mil e quatro foi realizada a 10ª Reunião Anual do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Ecologia, na Pousada Monjolos (Parque Nacional da Serra do Cipó, MG). A reunião teve início às oito e trinta horas do dia seis de novembro, na sala de reuniões da Pousada, estando presentes os anfitriões Ricardo Motta Pinto-Coelho (coordenador do PPG ECMVS-UFMG), Carlos Alberto Tavares (Diretor do ICB/UFMG) e Geraldo Wilson (UFMG/Parque Nacional da Serra da Cipó), Sidinei Magela (representante de área na CAPES), Francisco Barbosa, Rogério Parentoni e Marcos Callisto (UFMG), os observadores Luis dos Anjos e José Domingues (UEL, PR) e Mauricio Petrucio e Maurício Lopes (Unileste, MG) e os coordenadores de programas (ou seus representantes) abaixo relacionados:

<b>IES</b>	<b>UF</b>	<b>Programa</b>	<b>Coordenador</b>
UFAC	AC	Ecologia e Manejo de Recursos Naturais	Marcos Silveira silveira.marcos@uol.com.br
INPA	AM	Biologia de Água Doce e Pesca Interior	ÂngelaVarella avarella@inpa.gov.br
INPA	AM	Biologia (Ecología)	Albertina Lima lima@inpa.gov.br
UFRJ	RJ	Ecologia	Érica Caramaschi erica@biologia.ufrj.br
UFMG	MG	Ecologia (Cons. e Man. da Vida Silvestre)	Ricardo Pinto-Coelho rmpc@icb.ufmg.br Marcos Callisto
UFU	MG	Ecologia e Cons. de Recursos Naturais	Kleber Del Claro delclaro@ufu.br
UFSCar	SP	Ecologia e Recursos Naturais	José Roberto Verani verani@power.ufscar.br
USP	SP	Ecologia	Astrid Kleinert astridkl@ib.usp.br
UNICAMP	SP	Ecologia	Flávio Santos fsantos@unicamp.br
UEM	PR	Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais	Norma Hahn hahnns@nupelia.uem.br
UFRGS	RS	Ecologia	Sandra Maria Hartz hartzsm@ecologia.ufrgs.br
UNISINOS	RS	Biologia	Ana Maria Zanchet ipp@cirrus.unisinos.br

			Leonardo Maltchick
UFMT	MT	Ecologia e Cons. da Biodiversidade	Pierre Girard pierreg@cpd.ufmt.br
FUFMS	MS	Ecologia e Conservação	Erich Fischer efischer@nin.ufms.br
UNB	DF	Ecologia	John Hay jhay@unb.br
UENF	RJ	Ecologia e Recursos Naturais	Marina Suzuki marina@uenf.br
UFPR	PR	Ecologia e Conservação	Márcia Marques mmarques@ufpr.br
UFG	GO	Ecologia e Evolução	Maurício Bini bini@ufg.br
UESC	BA	Sistemas Aquáticos Tropicais	Erminda Couto minda@uesc.br

Em primeiro lugar foi informado, pelo anfitrião Ricardo Pinto-Coelho, que Reinaldo Bozelli, presidente do Fórum, estava ausente devido a problema de saúde e que ele, Ricardo, estaria conduzindo a reunião a seu pedido. Em seguida, apresentou os observadores presentes e passou-lhes a palavra. Os observadores da Universidade de Londrina informaram ter um curso em Biologia com duas áreas de concentração (Vegetal e Animal), o que criou um problema junto à CAPES, que tem de remetê-los a dois comitês de avaliação. Por indicação da própria CAPES, tencionam migrar para a área de Ecologia. Os observadores da UNILESTE (Vale do Aço, MG) informaram que o curso em Ecologia e Geologia Ambiental visa o estudo da evolução e gênese dos processos físicos e seus efeitos sobre os processos biológicos; a proposta já foi submetida à CAPES e que compareceram a convite do Presidente Reinaldo Bozelli para se inteirar da situação dos Programas. Foram dadas boas vindas aos observadores e aos coordenadores recém empossados nos respectivos PPGs e, em seguida, Rogério Parentoni discorreu sobre o histórico do Fórum de Coordenadores. O primeiro Fórum ocorreu em 1994 no Vale do Rio Doce com dez cursos participantes.

Atualmente são vinte e um, o que representa um crescimento médio de um curso ao ano. O Fórum surgiu da necessidade de discutir problemas comuns aos cursos, de influenciar na política nacional de pós-graduação e de auxiliar os cursos emergentes. Em relação ao segundo tópico, foi proposto um conjunto comum de disciplinas para definir o perfil do ecólogo, de forma a enfrentar a proliferação de cursos de ciências ambientais, cujos profissionais disputam com os ecólogos o mercado de trabalho. Em seguida Rogério leu alguns dados enviados por Francisco Esteves (UFRJ): “Era óbvio para todos que o Fórum representava os PPG Ecologia do País. Uma evidência disto é o fato que o Fórum teve papel central na indicação do primeiro ecólogo presidente do CNPq, através de cartas enviadas pela presidência do Fórum. Outra evidência foi o fato do presidente da CAPES (Abílio B. Neves) comparecer à reunião do Fórum em 1996 (Cuiabá), quando se discutiu a política do órgão para a área de Ecologia. Da mesma forma, na reunião de 1998, o então presidente do CNPq, professor José Galizia Tundisi, compareceu para discutir as demandas da área e a política do órgão para ela”. Em seguida, Rogério faz algumas recomendações: uma melhoria da interlocução do Presidente do Fórum com os coordenadores; a nomeação de uma comissão de trabalho para o resgate sistemático da história do Fórum e a retomada das tentativas de integração entre os cursos de campo, até o momento incipiente e sem sistematização. Falou em seguida Francisco Barbosa reiterando que o Fórum tem um papel decisivo para os rumos da Ecologia no país e lembrando que o PIE (Programa Integrado de Ecologia) deveria ser resgatado. O Subprograma de Capacitação do PIE poderia ser utilizado para tentativa de integração entre os cursos de campo. O PELD também é parte do PIE e o Fórum foi essencial para o

sucesso dos sites já estabelecidos. No momento há demanda para abertura de novos sites, mas como contar apenas com CNT/CNPq? O Fórum deveria fazer a indução da abertura de editais para a abertura de novos sites e os coordenadores das pós-graduações é que poderiam concretizar a aspirada integração inter-sites. Falou, em seguida, o professor Carlos Alberto Tavares, diretor do ICB/UFMG, elogiando a natureza das atividades do Fórum, lamentando não ser prática comum a todos os cursos de Pós-Graduação e desejando boa sorte e bom trabalho aos participantes nesta jornada. Após a despedida do diretor do ICB, iniciou sua apresentação o representante de área na CAPES, Sidinei Magela Thomaz, que solicitou uma salva de palmas em pé como homenagem póstuma aos caros ecólogos que nos deixaram ao longo do último ano: Gilberto Pedralli, Vangil Pinto Silva, Carlos Araújo Lima e Keshiyu Nakatani, no que foi respeitosamente atendido. Em seguida, Sidinei explicou que Carlos Araújo Lima, indicado como representante de área junto à CAPES, o havia convidado para atuar como substituto. Com o agravamento de sua doença, solicitou que Sidinei assumisse as atividades e, posteriormente, com seu falecimento, ficou definido, por consulta à CAPES e ao Fórum, que Sidinei completaria o mandato de Carlos Lima. Sidinei iniciou sua exposição que constou de duas partes: 1) Breve relato sobre a avaliação dos cursos e comparação com as demais áreas; 2) Sugestão de pontos importantes para a próxima avaliação. A Comissão que participou da avaliação foi composta por Sidinei M. Thomaz – UEM, José Eduardo dos Santos – UFSCar, Angela Maria Bezerra Varella – INPA, Sandra Maria Hartz – UFRGS, Helena Castanheira de Moraes – UnB, Reinaldo Luiz Bozelli – UFRJ, Naithirithi T. Chellappa – UFRN. No procedimento geral da avaliação, Sidinei informou que a)

foram seguidos os critérios estabelecidos no início do triênio; b) todos os valores foram obtidos com base no NRD6; c) foi respeitado o Qualis da área, definido em 2001. A análise contemplou vinte e quatro itens divididos em sete quesitos com pesos diferenciados (disponíveis na página da CAPES). Teses e dissertações somadas à produção intelectual corresponderam a cinquenta e cinco por cento da avaliação. Em seguida, Sidinei mostrou as etapas da avaliação, ressaltando que correspondem à oscilação entre o Fórum/Área e Grande Área/CTC: a) definição dos critérios pela Comissão de área e Fórum de coordenadores; b) avaliação pela Comissão de área; c) Avaliação dos resultados por técnicos da CAPES (estatísticas); d) Discussão dos resultados pela Grande área de Ciências Biológicas; e) Avaliação dos resultados pelo CTC. Sidinei comenta que as três últimas etapas não têm nossa participação e que é na grande área que se trava a verdadeira batalha. Rogério Parentoni reforça que na grande área a discussão é realmente renhida e que a Ecologia foi cautelosa em só propor conceito 6 quando estava madura para isso. Em seguida, Sidinei apresentou uma síntese dos resultados e a evolução da Ecologia na grande área de Ciências Biológicas entre 1997/98 e 2003. Por exemplo, embora o número absoluto tenha aumentado, o número médio de NRD6 se manteve igual, de 1998 a 2003. O número total de mestres e doutores entre 1997 e 2003 aumentou, mas enquanto isso representou 13% de aumento para a Ecologia, o número total da CAPES apresentou incremento de cerca de 130%. O crescimento do número de Programas no total foi de 44%, enquanto na Ecologia foi de 30%. Na Ecologia o tempo de titulação foi reduzido de 1998 a 2003, principalmente para o Mestrado. Quando considerada a produção da Ecologia por NRD6, houve notável aumento no último triênio, mesmo

com a retirada de Anais de Congresso na pontuação (por outro lado, entraram novas revistas no Qualis A). Quando considerada a produção total e a produção A, os cursos 6 se destacaram. Neste momento, Albertina Lima interveio afirmando que se fosse feita uma análise com base no fator de impacto, o quadro se reverteria na avaliação de seu curso e que teme que a quantidade esteja substituindo a qualidade como critério de avaliação. Sidinei responde que foram seguidos os critérios para atingir nota 6 estabelecidos ao final do triênio 98-00: a) atingir o nível 5 e apresentar 50% dos docentes NRD6 ou no mínimo de 10 docentes NRD6 com 3 publicações em revistas de nível A no triênio. Quatro programas atingiram esse patamar, com trabalhos Qualis A internacionais. Em 20 de maio de 2003 foi distribuído um documento pela CAPES com “indicadores de inserção internacional”. A classificação segundo esse documento envolve a) indicadores relativos à produção de circulação internacional: publicações e evidência de impacto da produção científica; b) indicadores relativos à participações internacionais: eventos, acordos, associações, consultorias e editoria de periódicos, intercâmbios e convênios; c) indicadores discentes: alunos estrangeiros no programa e participação discente na produção; d) indicadores diversos: número de pesquisadores do CNPq, premiações e organizações de eventos. Com esses critérios, dos quatro programas indicados, dois foram referendados pela CAPES, o que corresponde a aproximadamente dez por cento dos programas da Área. Comparando a frequência de programas pelos conceitos, Sidinei mostra que a maior concentração de programas tem conceito 4, como a Ecologia. Num resumo da avaliação é demonstrado que os cursos que tiveram maiores conceitos foram os que apresentaram maior produção e menor tempo de

titulação no mestrado. Seguiram-se então as sugestões de pontos importantes a serem considerados para a próxima avaliação: a) critérios para a avaliação qualitativa (revistas A). Este é um ponto muito importante porque a qualificação de revistas nacionais do Qualis será revisada em 2007 e existem pressões na CAPES para que a qualidade (medida pelo fator de impacto) das revistas seja cada vez mais enfatizada. As revistas internacionais A são aquelas com fator de impacto acima de 0,5. Neste momento Sidinei mostra como varia a avaliação das revistas A nas outras áreas. Em Ciências Biológicas I (na qual estamos inseridos), há cinco revistas nacionais A (as mais indicadas por coordenadores) e revistas com fator de impacto superior a 0,65 (metade da mediana do Qualis da Área = 1,30). Em Ciências Biológicas II as revistas A tem fator de impacto superior a 1,0; em Ciências Biológicas III, revistas A têm fator de impacto superior a 4,0. Sidinei chama a atenção para a existência de uma crença de que a Ecologia é uma ciência cujos trabalhos tradicionalmente possuem baixo impacto. No entanto, demonstra que a área de Ecologia possui várias revistas com fatores de impacto elevados, comparáveis aos fatores da base geral Thompson ICI; 70% das revistas apresentam fator de impacto acima de 0,5. A produção brasileira é comparável com a produção científica externa em termos de fator de impacto. Assim, o limite inferior das revistas "A" para a Ecologia (FI = 0,5) não encontra sustentação. Sandra Hartz comenta que o problema está no fato da produção A se concentrar em poucos pesquisadores. John Hay informa que a publicação JSTOR, assinada pela Univesidade de Brasília, informa o fator de impacto das revistas da área de Ecologia e se dispôs a repassar a informação aos demais coordenadores. Como sugestão seguinte, Sidinei informa que as novas diretrizes da CAPES apontam

para uma flexibilização do tempo de titulação, sugerindo que se valorizem mais outros aspectos da avaliação e pergunta como isso será visto pelos coordenadores.

Como terceira sugestão, Sidinei propõe a definição da participação de Docentes Permanentes de outros programas. Isso porque a produção científica de vários NRD6 está distante das áreas reconhecidas como “ecológicas”. Deve ser mantida uma porcentagem de Permanentes, para não “descaracterizar” a Área? A produção científica deve ser analisada considerando-se sua inserção na Ecologia? Finalmente, como quarta sugestão, que se discuta o relaxamento dos critérios para incorporação de novos programas na Área de Ecologia. Existem várias propostas de programas que são enviadas para a Área de Ecologia e Meio Ambiente, mas não contemplam as disciplinas do núcleo básico nem possuem corpo docente compatível com os requisitos exigidos pela Área atualmente. Ou seja, estamos perdendo programas porque a grade de disciplinas obrigatórias inviabiliza sua incorporação. Francisco Barbosa argumenta que devemos pensar em quantidade e qualidade e repensar os critérios relativos à grade. A meta, segundo ele, não deve ser Grande área Ciências Biológicas 3 e sim Grande área Ecologia e Meio ambiente. Ricardo Pinto-Coelho reforça que devemos projetar um novo patamar Qualis A para a Ecologia. Encerrou-se a apresentação do representante de área e antes da discussão da pauta da reunião foram apresentados dois congressos internacionais que ocorrerão em 2005. John Hay falou do XIX Annual Meeting of the Society for Conservation Biology, que se realizará de 15 a 19 de julho em Brasília. A taxa de inscrição para não sócios é de US\$130 e John Hay sugere que os cursos banquem a inscrição de pelo menos um



aluno para representar o Programa. Kleber Del Claro promoveu o encontro da Association for Tropical Biology and Conservation Frontiers in Tropical Biology and Conservation, a se realizar de 24 a 28 de julho em Uberlândia (MG) e terá uma taxa de inscrição especial de R\$200,00 para professores e R\$160,00 para estudantes. Seguiu-se um intervalo de café após o qual discutiu-se a pauta das discussões, considerando que havia a proposta pelo presidente do Fórum, Reinaldo Bozelli e a proposta pelo representante de área, Sidinei M. Thomaz. A pauta final contemplou os seguintes itens: 1) Avaliação CAPES, com os itens sugeridos pelo representante de área; 2) Identidade do Fórum; 3) Indicação dos nomes para o novo representante de área; 4) Eleição do novo presidente do Fórum e local da próxima reunião; 5) Recursos para os cursos novos. Deixando assuntos que demandariam mais tempo para o período da tarde, iniciou-se pela indicação dos nomes para representante de área. J.R. Verani lastimou a não continuidade de Sidinei Thomaz, que informou ter planos para um pós-doutorado, impossibilitando sua participação. Flavio Santos reafirma o perfil do candidato: não ser coordenador atual, estar ligado a uma universidade federal. Foi consenso de todos que sejam indicados nomes de pessoas que tenham se manifestado favoravelmente à indicação de seu nome. Foram propostos e aceitos Fabio Scarano, Paulo Eugênio Alves Macedo de Oliveira e Rogério Parentoni. Foram sugeridos ainda, mas ainda devem ser consultados, Odete Rocha e Ângelo Agostinho. Os nomes (até cinco) devem ser enviados pelos coordenadores para a CAPES até dia 15 de novembro próximo. O segundo assunto a ser discutido foi a questão dos recursos para os cursos novos. Os coordenadores de cursos novos, Márcia Marques, Erminda, Marina e Maurício Bini relataram as dificuldades

financeiras que têm com seus cursos, que foram autorizados pela CAPES a funcionar, mas só receberão cota de bolsas após a primeira defesa e PROAP quando se firmarem. Flávio Santos critica a política de expandir novos cursos e vagas sem recursos para subsidiar a ampliação. Vários coordenadores aconselharam a pressionar a reitoria e recorrer às Fundações estaduais de Amparo à Pesquisa. Foi estabelecido que os coordenadores dos cursos novos prepararão um documento a ser endossado pelo Fórum para ser encaminhado às pró-reitorias e à CAPES com o intuito de sensibilizá-los para a situação. Na continuidade, discutiu-se o tópico 1 da pauta (Avaliação da CAPES). Albertina (INPA) critica a classificação das publicações em A, B, C e propõe que o professor tem que ter em média um número determinado de publicações com impacto X, acompanhando a lista JCR. Kleber, Leonardo e Erich discutem a validade do fator de impacto. Erminda e Flávio argumentam que o fator de impacto não reflete necessariamente qualidade do produto e, sim, do veículo. Erich critica JCR e propõe que se usem outros critérios, como, por exemplo, disponibilidade eletrônica. Albertina alerta para o perigo de uma tendência a publicar em revistas de baixo impacto, mas Sidinei refuta que não houve queda do fator de impacto ao longo do tempo nas avaliações da CAPES. Ricardo Coelho argumenta que os índices de impacto e de citação são formas de validação e acha que o ponto de vista de Albertina deve ser levado em consideração. Kleber lembra a importância de se valorizar as revistas nacionais. Márcia Marques cita a revista Natureza e Conservação (da Fundação Boticário) como um veículo interessante e Erminda lembra que revistas brasileiras têm melhorado. J.R. Verani lamenta que anais de congresso (trabalhos completos, com revisores e editor) tenham sido banidos da

avaliação da CAPES e propõe uma reflexão junto a esse órgão sobre o assunto. Ricardo Coelho e J.R. Verani sugerem que o fator de impacto seja proposto ao representante de área para ser incorporado à avaliação. Flávio e Erminda propõem o valor 0,7 como valor mínimo de impacto; Sandra justifica que é um valor próximo ao de corte de outras áreas. Sidinei propõe o valor do primeiro quartil do triênio (0,56), que nos iguala ao CB1. A proposta é votada e aceita. Ainda no tópico 1 passou-se a discutir a nova portaria da CAPES, que por ser recente, ainda não havia sido analisada pela maioria dos coordenadores. O tópico referente à nova classificação do quadro docente das PGs (professores permanentes, colaboradores e visitantes em lugar dos antigos NRD6 e NR3) causou muitas dúvidas em sua própria definição. Por exemplo, se o número de publicações seria considerado com a produção de todos os docentes (não apenas os permanentes). Erich sugeriu que fosse elaborado um documento apontando os problemas que essa portaria trará; Bini sugeriu que se fizesse contato com outras áreas para um documento único de contestação da mesma. Foi aprovada a sugestão de J. Hay que cada coordenador analise seu corpo docente frente à nova portaria e encaminhe ao novo coordenador do Fórum. Outro tópico (tópico 1C) discutido foi o do tempo mínimo e médio de titulação. Astrid informa que na USP, por norma interna os prazos mínimos são de 36 meses para mestrado e 48 para doutorado, sendo que em nome da qualidade, esses prazos não foram alterados em função das normas da CAPES. Sidinei informa que há, na CAPES, uma tendência à flexibilização desse quesito. Sandra Hartz recomenda que seja proposta alteração no item V do Documento de Área no que diz respeito à ponderação da relação de produção de corpo docente e discente. Essa proposta

será encaminhada ao novo representante de área para a confecção do próximo Documento de Área. Sidinei lembra que o Documento de Área deve ser claro e propositivo, porque deverá nortear o próximo comitê. Após discussão, o Fórum entende que o comitê deve receber, no Documento de Área, a indicação de uma alteração na ponderação dos quesitos com redução do percentual de 25% atualmente atribuído a TD (Teses e Dissertações), de forma a privilegiar a produção acadêmica e discente. Foi proposto, também, que seja incorporada a avaliação dos egressos (até 3 anos), no quesito corpo discente. Outro quesito discutido, por sugestão de Albertina e J.Hay, foi o V.2, relativo ao fluxo de discentes. Na reunião do Fórum de 2003, considerou-se que desistência não era importante e propôs-se que se medisse fluxo. Mas a fórmula de fluxo proposta na época está errada e deve ser corrigida conforme proposto abaixo. Para Mestrado: número efetivo de titulados em “24” meses dividido por [número de ingresso nos 2 anos, menos número de ingressos do ano vigente, menos (desistentes mais reprovados)]. Para Doutorado: número efetivo de titulados em “48” meses dividido por [número efetivo de ingressos há 4 anos menos o número de ingressos do ano vigente menos (desistentes mais reprovados)]. A média desses dois valores será utilizada para atribuição de peso. O Fórum indica, além da correção do quesito V.2., redução de 30 para 25% no valor total relativo ao corpo discente e que os 15% retirados sejam redistribuídos nos demais quesitos do item V. Sidinei propõe modificação, no Documento de Área, nos critérios para atribuição dos conceitos 6 e 7. A proposta seria que, para ser atribuído conceito 6, o programa deve atingir nível 5 e apresentar 50% dos docentes NRD6 (ou, no mínimo, 10 NRD6) com três publicações em revistas internacionais Qualis A.. Neste momento, 18:30 hs, foi

interrompida a reunião e retomada no dia seguinte, às 8:30 hs. Foi retomada a discussão a respeito do quesito V.1. do Documento de Área, a respeito da dimensão do corpo discente em relação à dimensão do corpo de NRD6 (número de orientados de NRD6/ NRD6). Erich sugeriu que a relação seja modificada para número de orientados sobre número de orientadores NRD6. Flávio recomenda cuidado na alteração de modificações sem avaliar conseqüências sobre os índices. J.R. Verani sugere o uso de números absolutos, ao invés de índices, nessa situação. Sidinei lembra que, como está, o índice apenas mensura a dimensão do corpo discente em relação ao corpo docente. J. Hay e Verani propõem que a proporção de orientações do corpo permanente nunca seja inferior ao das demais categorias, ou seja, 1 menos [proporção do corpo discente orientado por colaboradores e visitantes / total de alunos]. Em seguida encerrou-se a discussão sobre este tópico e passou-se ao tópico “Identidade do Fórum”. Kleber destaca a importância das posições coletivas no Fórum para influência e respaldo das ações do comitê e sugere maior participação nas discussões. Sandra Hartz comenta a importância da lista eletrônica e do convite ao representante de área e sugere um agradecimento formal ao presidente Reinaldo Bozelli pela iniciativa, o que é aceito por consenso. Ricardo Coelho ressalta a importância da lista para gestão da informação. J.R. Verani destaca o papel valioso que a lista pode desempenhar para o correto preenchimento dos relatórios CAPES e ressalta a importância e necessidade da união dos coordenadores. Sidinei enfatiza a importância do canal entre o representante da área e o presidente do Fórum. Flávio recomenda que na lista haja links com as páginas dos programas. Sandra e Ricardo comentam o comunicado da CAPES sobre a necessidade da página

eletrônica dos programas, informando que a validação de informações do curso será feita pela página da web. Ricardo informa que o PPGE da UFMG já disponibiliza dissertações e teses em formato pdf. J. Hay chama a atenção para a existência de um exame nacional, classificatório, que vem sendo adotado pela pós-graduações em Economia e recomenda visita ao site [www.anpec.org.br](http://www.anpec.org.br). Considera que o Fórum deveria, ao longo do próximo ano, discutir as vantagens e desvantagens de um exame nacional para Ecologia. Para início da discussão, Sandra sugere que cada Programa disponibilize sua forma de seleção. Ricardo lembra que os alunos do PPGE da UFMG estão realizando consulta aos demais Programas a respeito dos exames de Qualificação. Passou-se a discutir o local da próxima reunião do Fórum e foi indicada, pelo Erich, a cidade de Campo Grande (ou arredores) sob os auspícios do PPGE da UFMS. **Como presidente do próximo Fórum foi aclamado o Prof. Ricardo Pinto Coelho**. Sandra agradece, em nome de todos, ao Ricardo, sua esposa e colaboradores pela recepção na Serra do Cipó e ao Reinaldo Bozelli pela condução da Presidência no período que ora termina. Uma salva de palmas aprovou os agradecimentos. J.R. Verani destaca a importância da união e que os programas possam, juntos, ascender aos conceitos mais altos. Os observadores convidados Maurício Petrucio e Maurício Lopes (Unileste, MG) e Luis dos Anjos e José Domingues (UEL, PR) agradeceram a receptividade do Fórum e ao presidente Reinaldo Bozelli pelo convite. A presente Ata está sendo submetida à análise e correção por todos os participantes da reunião e constitui o resumo das discussões e atividades da Reunião do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Ecologia - 2004. A reunião foi encerrada as 10:30 horas do dia sete de novembro de dois mil e quatro. Esta

ata foi elaborada por Erica Pellegini Caramaschi (PPGE/UFRJ), a pedido do presidente Reinaldo Bozelli, que a assina.

Pousada Monjolos, Serra do Cipó, 07 de novembro de 2004.

---

Prof. Dr. Reinaldo Bozelli